

ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS NO NOROESTE DO PARANÁ - BRASIL

Jean Felipe de Bona Stahlhoefer¹
Julia Marcon Costa Stahlhoefer²
Eduardo Simões Florio de Oliveira³

Resumo

Cooperativismo e Reforma Agrária são dois termos usados frequentemente na agricultura brasileira como modelo de desenvolvimento agrário e acesso à produção. Estudando o histórico da Reforma Agrária no Brasil, a colonização do noroeste do Paraná, os assentamentos coletivos e os princípios do cooperativismo, buscamos fazer um estudo de caso para entender como a COPAVI (Cooperativa de Produção Agroindustrial Vitória) cumpre com seu papel como órgão representante dos assentados coletivos da Reforma Agrária no sul do Brasil e se respeita ou não os princípios cooperativistas. Além da revisão bibliográfica, foram realizados trabalhos de campo e conversas com os administradores da cooperativa para entendermos seu perfil e seu funcionamento.

Palavras-Chave: Cooperativismo, reforma agrária, assentamento coletivo.

¹ Jean Felipe é bolsista de Iniciação Científica da CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Universidade Estadual de Maringá. E-mail: herrstahlhoefer@gmail.com

² Universidade Estadual de Maringá. E-mail: julia.mcosta@hotmail.com

³ Universidade Estadual de Maringá. E-mail: edumadeirao@hotmail.com

Objetivos

Temos como objetivo principal deste trabalho estudar o cooperativismo como forma de organização dos beneficiados pela reforma agrária e o caso da COPAVI, que representa de modo mais emblemático o caso dos pequenos proprietários que unicamente pela reforma agrária puderam conquistar progressos expressivos na geração de renda.

Estudando o histórico do assentamento e as premissas do cooperativismo e aplicando no contexto da região Norte do Paraná, poderemos saber verdadeiramente se a COPAVI, como cooperativa de produção agrícola e assentamento coletivo cumpre seu papel social idealizado por seus fundadores e teóricos. Percebendo seu funcionamento, buscaremos compreender o que está errado e o que está correto, para avaliar se é um modelo para ser adotado ou rejeitado.

Referencial Teórico

▪ Princípios da Reforma Agrária no Brasil

A reforma agrária é muitas vezes definida por conceituações sintéticas que não demonstram corretamente as ideias intrínsecas no termo. Definições como “a modificação da estrutura agrária de um país ou região” ou “reorganização da estrutura fundiária para promover a distribuição justa da renda da terra” podem deixar margem a confusões, já que mudanças na estrutura agrária por motivos econômicos podem acontecer e não caracterizar reforma agrária. (Veiga, 1984)

A reorganização que caracteriza a reforma agrária em um país ou região ocorre para corrigir disparidades sociais que desfavorecem uma grande quantidade de trabalhadores rurais que, pelo poder econômico ou político de proprietários de grandes áreas, foram impedidos de obter acesso à terras e por isso ficam à margem do trabalho rural. O que distingue a reforma agrária e a transformação agrária é a interação de grupos sociais junto aos governos para pressionar ações que de fato tragam mudanças. Na transformação agrária, são apenas ações planejadas pelo governo que trarão novas formas de produção.

Dar acesso à terras para esse grupo social excluído da possibilidade de trabalhar no campo não é uma decisão que pode ser feita da noite para o dia em qualquer gabinete

em Brasília ou de um grupo de sem-terra. Ela é sempre resultado de um conjunto de pressões feitas por diversas camadas da sociedade, desde trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores sem terra a grandes proprietários fundiários, buscando uma evolução política que aceite por essa reforma. (Veiga, 1984)

▪ **Histórico da reforma agrária no Paraná**

A ocupação pioneira do espaço agrário do Paraná sempre foi rodeada de conflitos. Ela foi resultado de três frentes pioneiras: a Tradicional, que avançou do litoral em direção aos Campos Gerais; a do Norte, sob influência da expansão cafeeira vinda do Sudeste; e por último da região Sudoeste que foi impulsionado pela corrente migratória vinda do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Machado, 1963).

Para entendermos o contexto agrário em que está inserida a Copavi, daremos um enfoque principal à frente do Norte. Nesta região, a cultura cafeeira foi o principal norteador da ocupação humana, devido à necessidade de numerosa mão-de-obra que a lavoura do café exigia, sendo que em grande parte do território na década de 1960 a produção era baseada na pequena propriedade. Na década de 1970 a agricultura sofreu com fortes quedas e excesso de produção e entrou em declínio.

Em substituição ao café um processo de modernização da agricultura foi iniciado, tendo como base a cultura da soja e trigo, estruturada na grande propriedade.

“Em síntese, a região Norte foi o principal palco das transformações ocorridas na década passada, tanto a nível da expulsão da mão-de-obra do campo quanto das modificações fundiárias, eliminando os pequenos estabelecimentos de não-proprietários, através de sua incorporação às áreas dos estabelecimentos acima de 50 ha (...)” (CARNASCIALI, 1986, p 146).

Ainda na década de 1970 a construção de Usinas Hidroelétricas levou a inundação de grandes quantidades de terras cultiváveis. Os agricultores expropriados se organizaram para reivindicar a implementação da Reforma Agrária juntamente com os demais camponeses que se viram obrigados a vender suas terras por não conseguirem sustentar na modernização da agricultura paranaense.

Na década de 1980 a organização dos movimentos sociais que buscavam a reforma agrária foi percebida pelo Estado e passou a ser objeto de preocupação. Nesse período o objetivo de reestabelecer a paz agrária foi concretizada com ações efetivas,

que buscaram cadastrar e selecionar os beneficiários, implantar a infraestrutura necessária e buscar áreas disponíveis para desapropriação. (Serra, 1992)

Porém pressões dos proprietários de terras, através da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), fizeram com que o Governo paranaense praticamente abandonasse as intenções de apoio aos movimentos populares que buscavam pela reforma agrária. (Silva, 2001)

Com isso, não se cumpriram as metas estipuladas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para o estado do Paraná no período de 1985-89, onde somente 4,6% da área prevista para reforma foi efetivada. Os interesses do governo foram diluídos conforme pressões contrárias às necessidades das classes sociais menos favorecidas ganharam força. (Oliveira, 2007)

▪ **Princípios do Cooperativismo**

A classe trabalhadora europeia do século XIX passava por uma séria crise econômica resultante do liberalismo e da livre concorrência. De acordo com Adam Smith, trabalhar em busca dos próprios interesses atendia também as necessidades da sociedade em geral. Porém o que se via era a miséria de milhares de trabalhadores, com excessivas jornadas de trabalho, condições insalubres, arregimentação de crianças como mão de obra barata, etc. Nesse período, a associação de pessoas em forma de Cooperativas foi criada, buscado uma saída para suavizar os desequilíbrios econômicos e sociais. (Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás, 2004).

As primeiras ideias cooperativistas surgiram na corrente liberal dos socialistas utópicos como Robert Owen e Charles Fourier, somado ao sofrimento dos trabalhadores. Eram baseadas nas ideias de associação, na cooperação como força de ação emancipadora da classe trabalhadora, através da organização por interesses de trabalho e na administração democrática e autogestionada.

Novas finalidades foram dadas ao cooperativismo para atender as necessidades geradas pela sua popularização e a modernização mundial. Em 1995, num congresso realizado em Manchester pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), estabeleceram-se novos princípios para o cooperativismo moderno:

1. Associação voluntária e aberta;

2. Controle democrático dos membros;
3. Participação econômica dos membros;
4. Autonomia e independência;
5. Educação, treinamento e informação;
6. Cooperação entre cooperativas;
7. Preocupação com a comunidade.

▪ **Cooperativismo e Reforma Agrária no noroeste do Paraná**

Segundo o Estatuto da Terra, lei que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, no artigo 24: “As terras desapropriadas para os fins da Reforma Agrária que, a qualquer título, vierem a ser incorporadas ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respeitada a ocupação de terras devolutas federais manifestada em cultura efetiva e moradia habitual, só poderão ser distribuídas para a formação de glebas destinadas à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo”

Sendo assim, vemos um importante marco jurídico na organização da reforma agrária e do cooperativismo.

▪ **O caso da COPAVI**



O exemplo mais emblemático do uso do sistema cooperativo para criação de glebas de reforma agrária é o caso da COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, situada no município de Paranacity (figura 1).

Figura 1 – Localização de Paranacity

“Sua área é de 256,52 hectares e sua ocupação definitiva ocorreu em 19 de janeiro de 1993, levando cerca de um ano para que a mesma fosse reconhecida como

assentamento. No início, eram 25 famílias oriundas de diversas localidades do Paraná, que ao chegarem enfrentaram várias resistências, pois este era o primeiro assentamento da Mesorregião do Noroeste Paranaense, além do que, havia famílias de Paracity interessadas em ocupar o local.” (Hamdan et al, 2008)

Depois de ocupada a área, diversos conflitos e divergências apareceram entre os ocupantes e famílias locais. Somente em 1993, com auxílio da Igreja Católica Apostólica Romana as dificuldades foram resolvidas através da intermediação do Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho.



Figura 2 – Faixa fixada dentro do refeitório coletivo.

Autor: Antonio Ozaí da Silva

Superada essa fase, o assentamento passou por um período de educação (que segue até hoje), para que as famílias assentadas aprendessem a viver em uma organização coletiva de produção onde a terra é de todos, sendo o trabalho e o capital divididos.



Figura 3 – Mensagem do MST deixada no galpão das máquinas.

Autora: Fernanda Bortolatto

Segundo Grepel (2000), o principal objetivo da COPAVI, é contribuir com o fortalecimento da luta pela reforma agrária, pelo cooperativismo e na

construção de uma sociedade mais igualitária, servindo como exemplo na busca de formas de trabalho socialmente equitativa, o que se contrapõe ao sistema de exclusão social infligida aos pequenos agricultores.

Metodologia

Este trabalho iniciou-se com uma visita das turmas de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) à COPAVI no dia 24 de junho de 2010. Na visita fomos recepcionados por um dos membros mais antigos da organização que nos apresentou todas as instalações e seu funcionamento. Num segundo momento, foram realizadas as leituras pertinentes ao desenvolvimento teórico do trabalho.

Resultados

Em 1995, foram estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) novos princípios cooperativistas, que todas as cooperativas do mundo deveriam ser regidas.

Buscaremos analisar os princípios cooperativistas de acordo com o caso da COPAVI.

1. Associação voluntária e aberta: Segundo a ACI, todos aqueles que quiserem associar-se a cooperativa deverão ser aceitos se apresentarem condições de utilizar seus serviços e queiram aceitar as responsabilidades sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa. Sendo assim, na COPAVI, todo cidadão tem direito de ser admitido na cooperativa, mas somente depois de um período probatório em que será analisado o perfil político do cidadão. Para que não haja conflitos políticos, usualmente só são admitidas as pessoas com ideologia política socialista, integrantes ou não do MST, portando a COPAVI não segue a risca esse primeiro princípio como forma de evitar conflitos internos e desestruturação política.
2. Controle democrático dos membros: ou seja, todos os membros associados tem o direito de participação direta na tomada de decisões. Vemos na COPAVI esse principio seguido a risca, já que semanalmente

é feita uma assembleia onde todas as famílias são convidadas para discutir os problemas cotidianos.

3. Participação econômica dos membros: ou seja, é o controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. Na COPAVI, por ser um assentamento coletivo, boa parte do capital social pertence à cooperativa. A terra é destinada diretamente ao movimento social através da reforma agrária e a taxa de adesão é paga pelo associado em sacas de milho conforme a disponibilidade financeira.
4. Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. Podemos observar na COPAVI, que mesmo recebendo dinheiro governamental por ser um movimento social ligado ao MST, a autonomia e independência é assegurada pelos cooperados.
5. Educação, treinamento e informação: ou seja, são investimentos feitos na capacitação dos associados, dos representantes, etc. Os recursos do FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social) na COPAVI são utilizados no processo de educação que é permanente, os associados que desejam, são incentivados e patrocinados a estudar para posteriormente retornarem e prestarem serviços para a cooperativa.
6. Cooperação entre cooperativas: A COPAVI, por ser uma organização filiada a ACI, possui relações com demais cooperativas através do órgão que as regulamenta.
7. Preocupação com a comunidade: observamos na cooperativa várias benfeitorias que buscam atender as necessidades gerais dos membros, como a horta coletiva em que todos podem abastecer-se de legumes e vegetais sem nenhum custo, ou ainda o restaurante coletivo onde são servidos café da manhã e almoço. Com relação à comunidade externa, ao abrir as portas para a universidade desenvolver pesquisas, a cooperativa interage de maneira positiva com a comunidade, demonstrando sua preocupação.

Referências

- CARNASCIALI, Carlos Humberto. Consequências Sociais das transformações tecnológicas na Agricultura do Paraná. In: Os impactos sociais da Modernização Agrícola. São Paulo, Caetés, p. 146, 1986
- GREMPEL, Mary Beatriz. Os assentamentos rurais coletivos do Noroeste do Paraná e a participação da mulher nos processos de luta. 2000. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2000.
- HAMDAN, Karima Omar *et al.* Copavi, o cooperativismo de produção e o regime capitalista. I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local e XVII Semana de Geografia, Maringá, UEM, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH/LABUR Edições, p. 127-128, 2007.
- SILVA, Mônica Andréa da. A Reforma Agrária, os assentamentos rurais coletivos e a COPAVI – Paranacity. Monografia apresentada à Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.
- Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás, Cooperativismo Passo a Passo. Goiânia, OCB-GO, 2004.
<http://www.ica.coop/coop/principles.html> Acessado em 19 de agosto de 2010.
- VEIGA, José Elias da. O que é reforma agrária. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.